

FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS E PRÁTICA CLÍNICA EM FONOAUDIOLOGIA

Bianca Nunes Pimentel
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS E PRÁTICA CLÍNICA EM FONOAUDIOLOGIA

Bianca Nunes Pimentel
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Fundamentos científicos e prática clínica em fonoaudiologia 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Bianca Nunes Pimentel

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F981 Fundamentos científicos e prática clínica em fonoaudiologia
2 / Organizadora Bianca Nunes Pimentel. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-086-2

DOI 10.22533/at.ed.862211305

1. Fonoaudiologia. I. Pimentel, Bianca Nunes
(Organizadora). II. Título.

CDD 616.855

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A idealização da profissão de Fonoaudiólogo teve início por volta dos anos 30 do século XX. No Brasil, o ensino da área começou na década de 60, com a criação dos cursos voltados à graduação de tecnólogos em Fonoaudiologia. Após movimentos pelo reconhecimento da profissão, nos anos 70, foram criados os cursos em nível de bacharelado.

Em 09 de dezembro de 1981, a Lei 6.965 regulamentou a profissão, definindo o Fonoaudiólogo como o profissional que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológica na área da comunicação oral e escrita, voz e audição. Desde então, os profissionais tem se dedicado, além da prática clínica, à investigação de procedimentos e técnicas, juntamente com outras áreas do conhecimento, para melhor compreensão dos fenômenos concernentes ao processo saúde-doença, bem como para o desenvolvimento de novas tecnologias para a saúde. Em decorrência dessa produção científica, a Fonoaudiologia ampliou seus horizontes e, atualmente, conta com várias especialidades.

A obra “Fundamentos Científicos e Prática Clínica em Fonoaudiologia” é uma coleção com três volumes, que tem como objetivo principal a discussão científica de temas relevantes e atuais, abordando, de forma categorizada, pesquisas originais, relatos de casos e de experiência, assim como revisões de literatura sobre tópicos que transitam nos vários caminhos da Fonoaudiologia.

O volume I contém pesquisas sobre Linguagem e Desenvolvimento Humano, Tecnologias para a Comunicação, Fonoaudiologia Educacional e Voz. O presente volume, número II, reúne pesquisas sobre Audiologia, Perícia Fonoaudiológica, Saúde do Trabalhador, Saúde Coletiva, Formação Superior em Saúde e aprimoramentos da Prática Clínica. Por fim, o volume III abrange as temáticas Fonoaudiologia Hospitalar, Saúde Materno Infantil, Motricidade Orofacial, Disfagia, Fononcologia, Cuidados Paliativos e aspectos relacionados ao Envelhecimento Humano.

Por se tratar de uma obra construída coletivamente, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos aos profissionais, professores, pesquisadores e acadêmicos de diversas instituições de ensino e pesquisa do país que, generosamente, compartilharam seus trabalhos compilados nessa coleção, bem como à Atena Editora por disponibilizar sua equipe e plataforma para o enriquecimento da divulgação científica no país.

Desejo a todos e todas uma boa leitura!

Bianca Nunes Pimentel

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 - AUDIOLOGIA E SUAS INTERFACES

CAPÍTULO 1..... 1

APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO NA POPULAÇÃO GERAL E EM OBESOS E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSAMENTO AUDITIVO: REVISÃO SISTEMÁTICA

Patrícia Silva Giomo
Giovana Paladini Moscatto
Priscila Carlos
Aline Diniz Gehren
Gisele Signorini Zampieri
Luciana Lozza de Moraes Marchiori

DOI 10.22533/at.ed.8622113051

CAPÍTULO 2..... 9

ASPECTOS DA COMUNICAÇÃO DE IDOSOS NÃO USUÁRIOS DE APARELHOS DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL

Caroline Gil de Oliveira
Pierangela Nota Simões
Giselle Massi
Ana Cristina Guarinello
Maria Renata José
Débora Lüders

DOI 10.22533/at.ed.8622113053

CAPÍTULO 3..... 22

CADEIA PRODUTIVA DA ROCHA ORNAMENTAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E NOTIFICAÇÃO DE PERDA AUDITIVA INDUZIDA POR RUÍDO

Wilson Bomfim Barbosa Júnior
Jonathan Grassi Rodrigues
Margareth Attianezi

DOI 10.22533/at.ed.8622113054

CAPÍTULO 4..... 34

FALHA NAS EMISSÕES OTOACÚSTICAS E NEONATOS PEQUENOS PARA A IDADE GESTACIONAL

Luciana Berwanger Cigana
Eduarda Besen
Danúbia Hillesheim
Karina Mary Paiva
Patrícia Haas

DOI 10.22533/at.ed.8622113055

CAPÍTULO 5..... 42

JOVENS EDUCADORES: PROTAGONISMO JUVENIL EM AÇÕES EDUCATIVAS EM SAÚDE AUDITIVA

Flavia Conceição Lopes

Rafael Coelho Damaceno
Adriana Bender Moreira de Lacerda
Débora Lüders

DOI 10.22533/at.ed.8622113056

CAPÍTULO 6..... 52

O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE OS ACHADOS AUDIOLÓGICOS EM CRIANÇAS COM MICROCEFALIA POR ZIKA VÍRUS CONGÊNITO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Marina Mayra de Lima Mota
Danielle Samara Bandeira Duarte
Mônyka Ferreira Borges Rocha
Anna Maria de Lira Cabral
Jéssica Dayane da Silva
Marcia Marcelle Vasconcelos Santos
Laís Cristine Delgado da Hora
Lilian Ferreira Muniz
Fernanda das Chagas Angelo Mendes Tenorio
Diana Babini Lapa de Albuquerque Britto

DOI 10.22533/at.ed.8622113057

CAPÍTULO 7..... 61

POTENCIAL COGNITIVO EM CRIANÇAS COM ALTERAÇÕES DE LEITURA E ESCRITA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Maria Vanderléia Araujo Maximiano
Mariana Keiko Kamita
Ana Luiza Dias Piovezana
Ivone Ferreira Neves Lobo
Luciene Stivanin Rodriguez
Carla Gentile Matas

DOI 10.22533/at.ed.8622113058

CAPÍTULO 8..... 67

QUALIDADE DE VIDA E POTENCIAL COGNITIVO P300 EM UNIVERSITÁRIOS COM MÁ QUALIDADE DE SONO

Esley da Silveira Santana Gonzaga
Gerlane Karla Bezerra Oliveira Nascimento
Kelly da Silva
Raphaela Barroso Guedes Granzotti
Carla Patrícia Hernandez Alves Ribeiro César
Pablo Jordão Alcântara Cruz
Nathália Monteiro Santos
Josilene Luciene Duarte

DOI 10.22533/at.ed.8622113059

SEÇÃO 2 – PERÍCIA FONOAUDIOLÓGICA

CAPÍTULO 9..... 79

PERÍCIA FONOAUDIOLÓGICA: MANUAL TEÓRICO E LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Carla Aparecida de Vasconcelos

Djenitsa Rosaline Sousa Pires

Isabela Machado Arruda

Jaya Miranda Carvalho de Araújo

Sara Silva Alcantara Tápias

Adiel de Oliveira Gomes Côelho

Aline da Silva Anterio

Ellen Rafaela dos Santos Gomes

DOI 10.22533/at.ed.86221130510

CAPÍTULO 10..... 92

PERÍCIA FONOAUDIOLÓGICA APLICADA À SAÚDE DO TRABALHADOR: CONCEITOS E ROTEIRO DE LAUDO

Carla Aparecida de Vasconcelos

Gabriella Sacramento do Nascimento

Karina Soares Pontes

Lucas Baracho Colossal

Marcus Vinicius Conceição Gam

Amabile Cavalcante

Ana Luiza da Costa Zaibel

Ellen Sartório Trindade

DOI 10.22533/at.ed.86221130511

CAPÍTULO 11..... 107

PERÍCIA FONOAUDIOLÓGICA NO ÂMBITO JUDICIAL: DA INTIMAÇÃO À ENTREGA DO LAUDO

Carla Aparecida de Vasconcelos

Ana Amâncio Silva

Ana Paula Serafim Pereira

Caroline Cantão Dela Costa Melo

Laura Lima de Almeida Martins

Débora Arruda Cerqueira

Helisa da Vitória Nunes dos Santos

Heloísa Labanca Braga

DOI 10.22533/at.ed.86221130512

SEÇÃO 3 – SAÚDE COLETIVA E INTERDISCIPLINARIDADE

CAPÍTULO 12..... 118

A CLÍNICA FONOAUDIOLÓGICA EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UM ESTUDO PILOTO

Lucas Jampersa

Giselle Aparecida de Athayde Massi

DOI 10.22533/at.ed.86221130513

CAPÍTULO 13..... 131

A MÚSICA COMO FACILITADORA DA COMUNICAÇÃO E EXPRESSIVIDADE DE ADOLESCENTES

Clarissa Evelyn Bandeira Paulino
Ingrid Tatiana Freitas de Carvalho
Antonio Carlos Rabêlo Nigro Filho

DOI 10.22533/at.ed.86221130514

CAPÍTULO 14..... 135

AGREGANDO FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA À FONOAUDIOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: UMA AÇÃO DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE/RS

Maiara Santos Gonçalves
Ângelo Brignol de Oliveira Thomazi
Elenir Fedosse

DOI 10.22533/at.ed.86221130515

CAPÍTULO 15..... 143

ANÁLISE DO PLANO ESTADUAL DE SAÚDE (2016-2020) E A OFERTA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Layla Stefania dos Santos Machado Pesse
Margareth Attianezi

DOI 10.22533/at.ed.86221130516

CAPÍTULO 16..... 153

ANÁLISE QUANTITATIVA E COMPARATIVA DOS PROCEDIMENTOS FONOAUDIOLÓGICOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE NOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

Amabile Fardin Vesper
Caroline Alvarenga Rodrigues
Emyr Apolonio Brito Gomes
Gabriel Oliveira Freitas dos Santos
Larissa de Alpino Belloti
Maria Eduarda Santos Ferrete
Victoria Caroline Lovati da Silva
Tiago Costa Pereira
Rômulo Rocha Rigo

DOI 10.22533/at.ed.86221130517

CAPÍTULO 17..... 163

DIFICULDADES DE ACESSO DE CRIANÇAS À ASSISTÊNCIA FONOAUDIOLÓGICA: A PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DE UMA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

Michele Ferreira da Silva
Martha Cristina Nunes Moreira

DOI 10.22533/at.ed.86221130518

CAPÍTULO 18..... 175

**O DESAFIO DA TRANSDISCIPLINARIDADE NA EXECUÇÃO DE UMA OFICINA “SARAU”
NUM CENTRO DE CONVIVÊNCIA**

Elaine Herrero

Ruth Ramalho Ruivo Palladino

Maria Eloína França Domingues

DOI 10.22533/at.ed.86221130519

**SEÇÃO 4 – FORMAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE E APRIMORAMENTOS DA
PRÁTICA CLÍNICA**

CAPÍTULO 19..... 184

**PRÁTICAS VIRTUAIS EDUCACIONAIS NA AUDIOLOGIA INFANTIL NA PANDEMIA DA
COVID-19**

João Rafael Santos Santana

Matheus Costa Gonçalves

Isabele Tavares Rodrigues Lima

Ester Almeida Sales

Carla Suzanne Pereira Souza

Carla Patrícia Hernandez Alves Ribeiro César

Barbara Cristina da Silva Rosa

DOI 10.22533/at.ed.86221130520

CAPÍTULO 20..... 195

**O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 EM ESTUDANTES DE FONOAUDIOLOGIA DE
UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL**

Vitor Sérgio Borges

Gabriel Trevizani Depolli

André Angelo Ribeiro de Assis Filho

Jaimel de Oliveira Lima

Margareth Attianezi

DOI 10.22533/at.ed.86221130521

CAPÍTULO 21..... 209

**O PAPEL DO VÍCULO TERAPÊUTICO NA PRÁTICA CLÍNICA FONOAUDIOLÓGICA: UM
ESTUDO PILOTO**

Adrielle Barbosa Paisca

Giselle Aparecida de Athayde Massi

DOI 10.22533/at.ed.86221130522

CAPÍTULO 22..... 217

**PRÁTICA FONOAUDIOLÓGICA DESENVOLVIDA NO SASA – JOINVILLE: RELATO DE
EXPERIÊNCIA ACADÊMICA**

Thais Torrens Tavares

Nicole da Silva Gonçalves

Juliana Fracalosse Garbino Achôa

Vanessa Bohn

DOI 10.22533/at.ed.86221130523

SOBRE A ORGANIZADORA	227
ÍNDICE REMISSIVO.....	228

CAPÍTULO 15

ANÁLISE DO PLANO ESTADUAL DE SAÚDE (2016-2020) E A OFERTA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Data de aceite: 03/05/2021

Data de submissão: 08/03/2021

Layla Stefania dos Santos Machado Pesse

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Vitória – Espírito Santo

Margareth Attianezi

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/4274985811833201>

RESUMO: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (Brasil, 2012). O direito das pessoas com deficiência é garantido através do Plano Viver Sem Limites que é regido pelo decreto nº7.612/11 que visa ampliar o acesso e qualificar o atendimento às pessoas com deficiência (temporária ou permanente; progressiva, regressiva ou estável; intermitente ou contínua) no Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na organização de rede e na atenção integral à saúde. O Plano Estadual de Saúde do estado do Espírito Santo (ES), referente ao quadriênio de 2016 à 2019, constitui-se como instrumento central de planejamento e orientação para implementação das iniciativas de gestão no SUS, a partir da análise situacional o plano reflete as necessidades de saúde da população e a capacidade assistencial para o seu atendimento. De acordo com o Censo de 2010, o estado possui, aproximadamente 800 mil pessoas com deficiência., sendo 18,03%

da população geral do estado deficiente visual, 7,13% deficiente físico, 4,81% deficiente auditivo e, por fim, 1,34% deficiente mental/intelectual. A população total estimada para o ES em 2019 é de mais de 4 milhões de habitantes segundo o IBGE. A análise do Plano Estadual de Saúde permitiu entre outras questões a constatação da habilitação de quatro Centros Especializados em Reabilitação, sendo eles três CER II nas regiões Norte, Metropolitana e Sul e um CER III na região Central, além da iniciativa de implantação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência no Estado. Em um cenário de subfinanciamento que ameaça a sustentabilidade do SUS, observa-se uma oferta de serviço aquém da necessidade em saúde na pessoa com deficiência no estado, demonstrando um problema de regulação e gestão.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Centro de Reabilitação. Pessoas com deficiência.

ANALYSIS OF STATE HEALTH PLANS (2016-2020) AND THE PROVISION OF SPECIALIZED SERVICES FOR PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

ABSTRACT: “People with disabilities are those who have long-term impediments of a physical, mental, intellectual or sensory nature” (Brasil, 2012). The right of people with disabilities is guaranteed through the ‘Plan Living Without Limits’ that is governed by the decree no. 7,612/11 that aims to expand access and qualify care for people with disabilities (temporary or permanent; progressive, regressive or stable; intermittent or continuous) in the Brazilian public Unified Health

System (SUS), focusing on network organization and comprehensive health care. The State Health Plan of the State of Espírito Santo (ES), referring to the four-year period from 2016 to 2019, constitutes a central instrument of planning and guidance for the implementation of management initiatives in the SUS, from the analysis situates the plan reflects the health needs of the population and the care capacity for its care. According to the 2010 Census, the state has approximately 800,000 people with disabilities, 18.03% of the general population of the visually impaired, 7.13% physically impaired, 4.81% disabled and hearing impaired, finally, 1.34% mentally/intellectually deficient. The total estimated population for the ES in 2019 is more than 4 million inhabitants according to Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The analysis of the State Health Plan allowed, among other issues, the verification of the qualification of four Specialized Rehabilitation Centers, three of them CER II in the North, Metropolitan and South regions and a CER III in the Central region, in addition to the initiative to implement the Network of Care for People with Disabilities in the State. In a scenario of underfunding that threatens the sustainability of the SUS, we observe a service offer below the need for health in people with disabilities in the state, demonstrating a problem of regulation and management.

KEYWORDS: Public Policy. Rehabilitation Center. People with disabilities.

INTRODUÇÃO

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (BRASIL, 2011).

De acordo com o Relatório Mundial da Pessoa com Deficiência, publicado em 2011, a deficiência tem sido considerada cada vez mais uma questão de direitos humanos. Isso porque se observa que cada vez mais pessoas com deficiências (PcD) apresentam resultados negativos em relação à situação socioeconômica e pobreza (OMS, 2011). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), existe a necessidade de rompimento das barreiras físicas e sociais que foram impostas às PcD durante muito tempo. Orienta-se para uma nova perspectiva relacionada à saúde desses indivíduos, onde o modelo biomédico, que levava em consideração apenas a deficiência, passou a ser integrado a um modelo social (OMS, 2011).

Estimou-se para o ano de 2010 mais de um bilhão de pessoas vivendo com algum tipo de deficiência no mundo, o que representava 15% da população mundial (OMS, 2011). No Brasil, o Censo IBGE/2010 indicou que mais de 45,6 milhões de pessoas se autodeclararam com algum tipo de deficiência. Para garantir o direito das pessoas com deficiências e numa tentativa de diminuir a vulnerabilidade melhorando a acessibilidade aos direitos, foram criadas políticas públicas específicas para essa população. No Brasil, o governo federal lançou em 2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limites por meio do Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, que visou articular as políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade para melhorar a

qualidade de vida da pessoa com deficiência.

O Plano Viver Sem Limites foi elaborado em conjunto com mais de 15 ministérios e com a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência-CONADE (BRASIL, 2018). Na época, o órgão responsável pelo monitoramento e gestão do Plano Viver Sem Limites foi a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Atualmente, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos criou a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que atua na coordenação das políticas voltadas à essa população (BRASIL, 2019).

O Plano Viver Sem Limites foi construído em quatro eixos principais que são: Acesso à Educação, Inclusão Social, Atenção à Saúde e Acessibilidade. E começou a ser pensado em 2010, durante a campanha eleitoral da então candidata à presidência Dilma Rousseff que visitou diversas instituições voltadas para a pessoa com deficiência. Após o período eleitoral, com a candidata sendo declarada eleita, iniciou-se uma série de reuniões com os 15 ministérios para que pudesse ser desenvolvido um plano que garantisse autonomia, cidadania e equiparação de oportunidades das pessoas com deficiência (BRASIL, 2014). O eixo de Atenção à Saúde foi designado ao Ministério da Saúde que instituiu a Política Nacional de Saúde das Pessoas com Deficiência. Essa política tem por objetivo criar uma rede nacional que oferecesse o cuidado às pessoas com deficiência de forma contínua e ampla atendendo de forma integral essa população (BRASIL, 2014). Desta forma, em 2012, o governo federal implantou a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que objetivou promover a integração dos serviços, de modo que pudessem ser asseguradas as ações de promoção de saúde, identificação precoce de deficiências, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação (BRASIL, 2014).

Após a implantação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, várias ações foram planejadas e destaca-se o início das qualificações das equipes de atenção básica, criação do Centro Especializado em Reabilitação (CER), oficinas ortopédicas e ampliação da oferta de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção; e qualificação da atenção odontológica (BRASIL, 2013). O CER é um serviço assistencial especializado em reabilitação que realiza diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva, tornando-se referência para a Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência. No CER poderá ocorrer à união das modalidades de reabilitação (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla) que pode ser organizado seguindo o seguinte formato: O CER I é habilitado para apenas um tipo de deficiência; CER II habilitado para dois tipos de deficiência; CER III habilitado para três tipos de deficiência; CER IV para múltiplas deficiência (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Políticas públicas de saúde para pessoa com deficiência no Brasil

As políticas públicas são um conjunto de programas, ações, metas e planos que as três esferas de poder do país traçam visando o bem-estar da sociedade e do interesse

público. No que se refere a saúde, as políticas regulam e organizam as funções públicas do Estado de forma a abranger os problemas que exigem soluções políticas e principalmente atender os anseios da população independente dos atores sociais, visando a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da coletividade, em especial na melhoria do funcionamento do sistema e do bem estar dos mais vulneráveis (SOUZA, 2002; LUCHHESE, 2004; JONES; CLAVIER; POTVIN, 2017).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído em 19 de setembro de 1990 através da Lei nº8080, garante o acesso universal e atenção integral a toda população.

A pessoa com deficiência tem um passado de prejuízo quanto às políticas de saúde, pois a maioria dessas pessoas eram assistidas pela sociedade civil e por seus familiares. Essa dinâmica acarretava a não assistência na atenção integral à saúde e a falta da reabilitação necessária para essa população. Outro problema histórico, é a falta de serviços especializados disponíveis para atender a demanda desses usuários (VIEIRA et al., 2019).

Esse panorama começa a ser modificado a partir da criação da Constituição Federal de 1988 e também da criação do SUS em 1990, quando importantes marcos na conquista dos direitos da pessoa com deficiência podem ser observados. Dentre eles, a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) que garantia o exercício pleno dos direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência e sua efetiva integração social e o decreto nº 3.298 de 20 de novembro de 1999 que estabeleceu normas de proteção e direitos específicos em diversos âmbitos para PcDs (VIEIRA et al., *ibid*).

Nas questões relacionadas à saúde, as pessoas com deficiências são atendidas através do modelo assistencial, levando em consideração as suas particularidades em todos os níveis de atenção para que além da demanda comum que afeta a saúde, a sua reabilitação também possa ser garantida. Para que isso acontecesse, em 1993 foram criadas as portarias nº 116 e, nº 146 que incluem no SUS e estabelecem as diretrizes para concessão e adaptação de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (OPMs) (VIEIRA et al., *ibid*). A partir de 2001 foram criadas diversas políticas específicas para a reabilitação e concessão das OPMs de acordo com a sua modalidade, como exemplo as portarias do Ministério da Saúde, nº 818 e nº185 que organizaram e implementaram as Redes Estaduais de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência Física; as portarias nº 587 e 589 de 2004 que iniciam as Redes Estaduais de Atenção à Saúde Auditiva, bem como as portarias nº 3.128 e 3.129 sobre os Serviços de Reabilitação Visual e os Serviços de Atenção à Ostomia através das portarias nº 400 de 2009. (VIEIRA et al., *ibid*).

Pesquisadores afirmam que a análise das políticas públicas deve ser realizada de forma sistemática e ter uma finalidade prescritiva, objetivando o levantamento de questões técnico-políticas e a resolução dos problemas públicos (SECCHI, 2020).

Compreendendo que as políticas públicas em saúde voltadas a essa população se

encontram em pleno desenvolvimento no país, propusemos em nosso estudo a análise do Plano Estadual de Saúde (PES) do Espírito Santo (ES) do quadriênio 2016-2020 para identificar ações, metas e objetivos voltadas à pessoa com deficiência, comparando-o aos planos estaduais de estados circunvizinhos (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia).

METODOLOGIA

A fim de atingirmos nossos objetivos, utilizamos o método de análise documental. Alguns autores acreditam que a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica são sinônimas, pois utilizam o mesmo objeto de investigação que é o documento. O conceito de documento é muito amplo, por isso, de acordo com a Associação de Arquivistas Brasileiros, documento é qualquer informação fixada em um suporte. (AAB, 1990). Por isso, o documento não é considerado apenas textos escritos e/ou impressos, podem ser considerados documentos também filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres (SILVA; ALMEIDA, GUIDANI, 2009).

De forma complementar foi realizada uma revisão narrativa utilizando as bases de dados PubMed, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde. O documento utilizado para análise foi, primariamente, o Plano Estadual de Saúde do Estado do Espírito Santo referente ao quadriênio (2016-2019). De forma secundária, realizamos comparações com os PES dos estados vizinhos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, através de inferências em dados populacionais específicos acerca da disponibilidade e oferta de serviços de saúde especializados para atender essa população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A regionalização da saúde no estado do Espírito Santo visa “realizar o planejamento em saúde com base nas características e necessidades regionais, assegurar o acesso a toda população, garantir a resolutividade e qualidade das ações e serviços de saúde bem como a integralidade da atenção em saúde em todos os seus níveis. Dessa forma, o Estado se organiza em quatro Regiões de Saúde sendo elas: Norte, Metropolitana, Sul e Central.” (SESA, 2016).

O censo do IBGE de 2010, para o estado do Espírito Santo, destaca a deficiência visual como a mais prevalente nas quatro regiões de saúde, totalizando mais de 634 mil (18,03%) PcD. A deficiência motora aparece sendo a segunda mais prevalente com mais de 250 mil (7,13%) pessoas, seguida pela deficiência auditiva que soma acima de 169 mil (4,81%) pessoas e, por fim, a deficiência mental/intelectual com mais de 47 mil (1,34%), sendo todas as deficiências distribuídas pelas regiões de saúde de forma heterogênea.

O estado aderiu à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência após instituir o Grupo Condutor Estadual em 2012 e, naquela época, possuía 1 (um) Centro Especializado em Reabilitação nomeado como Centro de Reabilitação Física do Estado do Espírito Santo (Crefes). Esse CER tem por objetivo “reabilitar pessoas com deficiências física e/ou mental

e/ou sensorial, prevenir o agravo de doenças e deficiências, proporcionar a integração social a sua clientela, promover pesquisas científicas e aperfeiçoamento na área da reabilitação.” O Crefes é referência estadual na prestação de serviço de alta complexidade na reabilitação física e auditiva, na concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção e mamárias (OPMs), na realização de Exame de Eletroneuromiografia, em Distonias e Espasticidade. De acordo com a SESA, o Crefes atende uma média de 400 usuários por dia na assistência ambulatorial e possui 20 leitos de medicina física e reabilitação, e atende as seguintes especialidades: Fisiatria, neurologia, pediatria, cardiologia, clínico geral, urologia, otorrinolaringologia, radiologia, reumatologia e ortopedia (ESPÍRITO SANTO, 2019).

No PES (2016-2019) do ES em sua primeira diretriz, estabelece a importância da organização do serviço em uma Rede Estadual de Saúde que seja composta por Redes Temáticas de forma que haja garantia do atendimento adequado ao usuário, o fortalecimento da integralidade na atenção e equidade no acesso, levando em consideração a necessidade de saúde dos espaços regionais. Algumas das metas dessa diretriz consolidam a necessidade de implantação da Rede Temática de Atenção à Pessoa com Deficiência e os respectivos Planos de Ação.

Os principais desafios levantados pelo PES são de ampliação e resolutividade no que tange a cobertura da atenção primária. Além da facilitação do acesso do usuário aos serviços especializados com cuidado humanizado; a necessidade de maior participação do cidadão nos cuidados com a própria saúde e também o melhor gerenciamento do sistema de saúde. A análise do PES permitiu a constatação de que o estado do Espírito Santo possui apenas 03 Centros Especializados em Reabilitação do tipo II, sendo eles o Crefes na modalidade física e auditiva, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) de Nova Venécia e a APAE de Cachoeiro de Itapemirim nas modalidades intelectual e física. Compõem a rede, 02 CER tipo III na APAE de Colatina e Sociedade Pestalozzi de Guarapari; 01 polo de média e alta complexidade em saúde auditiva no Crefes e 01 polo de alta complexidade em saúde auditiva na Policlínica da Universidade de Vila Velha (UVV). O PES do estado relata que a reabilitação motora e visual apresenta insuficiência dos serviços (SESA, 2020).

Segundo o PES, a operacionalização da Rede organiza os níveis de atenção da seguinte forma: Atenção básica (NASF e Atenção Odontológica); Atenção especializada nas diversas modalidades de reabilitação sendo os serviços habilitados de CER II, III ou IV e CEO; e por último a Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência.

Comparando os achados do PES do estado do Espírito Santo, que contém 7 (sete) pontos de atenção distribuídos pelas quatro regiões de saúde, com o do estado de Minas Gerais, podemos verificar uma diferença significativa na disponibilização de serviços especializados. O estado mineiro, possui 260 pontos de atenção na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, sendo distribuídos em 13 (treze) Centro Especializados de

Reabilitação (CER). O PES de Minas Gerais, descreve mais de 208 (duzentos e oito) serviços distribuídos desde a reabilitação da pessoa com deficiência intelectual, até o serviço de implante coclear espalhados pelos 147 municípios do estado (SES/MG, 2016). Apesar de um número de serviços consideravelmente superior, Minas Gerais ainda encontra-se com o acesso aquém do esperado, como descrito em seu PSE, mostrando que 81,82% do estado oferece uma cobertura assistencial adequada, porém 14 regiões de saúde ainda não supriram a demanda. Numa tentativa de solucionar esse problema, em 2013, foi deliberado através da Comissão Intergestores Bipartite - (CIB/SUS) no nº 1.545, a habilitação e construção de CERs com assistência em mais de uma modalidade de reabilitação, de forma a suprir a cobertura assistencial inadequada dos municípios não contemplados (SES/MG, 2016).

Em 2012 e 2014, houveram outras 2 deliberações do CIB-SUS/MG, através dos respectivos números 1.272 e 2.003, para que fosse instituída as Juntas Reguladoras da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (JRRCPD). Essas juntas são formadas por profissionais de saúde, educação e assistentes sociais com o objetivo de controlar e avaliar os serviços da Rede Temática, uma iniciativa bastante interessante (SES/MG, 2016).

No estado do Rio de Janeiro, a adesão a rede temática foi em 2012, através da deliberação do Comissão Intergestores Bipartite e do Grupo Condutor Estadual (GCE-RCPD) nº2.457, onde as diretrizes clínicas e protocolos da rede, bem como o acompanhamento das ações da atenção à saúde, são atribuídos ao GCE-RCPD que deve fazer as suas respectivas implementações. O RJ não possuía um Plano de Ação da rede para todas as regiões, porém alguns pontos de atenção já foram habilitados pelo CIB/RJ, demonstrando assim, que o atendimento e o serviço prestado não fornece cobertura assistencial suficiente aos usuários deficientes (SES/RJ, 2016).

Segundo o PES do estado da Bahia, 25,4% da população apresenta pelo menos um tipo de deficiência e por meio da Resolução CIB nº167 de 2013 foram criadas as diretrizes para o cuidado às pessoas com deficiência contemplando as especificidades da Portaria nº 793/2012 do Ministério da Saúde. A resolução conclui que é de suma importância o desenvolvimento das ações de saúde, levando em consideração o modelo social da deficiência que considera a integralidade da atenção à saúde, envolvendo o acesso ao serviço especializado e a eliminação de barreiras sociais, físicas e comunicativas evitando a exclusão da PcD (SESAB, 2016).

Quanto ao estado da Bahia (BA), o PSE tem por objetivo ampliar em 10% o número de procedimentos ambulatoriais do SUS, realizados pelos serviços habilitados da Rede Temática. As ações para que essa meta seja alcançada são: Apoiar os municípios para aderirem à rede; qualificar os profissionais para atender essa população; credenciar hospitais do SUS para cirurgias de reversão de ostomias e; implantar o Serviço Estadual de Transtorno do Espectro do Autismo. Além das ações supracitadas, o estado possui a iniciativa de realizar concessões de OPMs (SESAB, 2016).

Através da análise do PSE do ES verifica-se que, apesar de possuir 78 municípios divididos em quatro regiões de saúde, cada região de saúde possui apenas um centro de reabilitação especializada, com exceção da região metropolitana que possui dois. Isso demonstra que de acordo com a distribuição de pessoas com deficiência de cada região de saúde, faltam serviços especializados. Um exemplo é a região de Saúde Norte que possui um CER tipo II, que atende as modalidades física e intelectual, carecendo de serviço especializado para as outras deficiências, uma vez que nessa região possui mais de 70 mil deficientes visuais (SESA, 2016).

Enquanto isso, o estado de MG, possui uma cobertura assistencial com mais de 81% nos 133 municípios. Com relação aos demais estados pesquisados, o Rio de Janeiro não possui planos de ação para PcD pactuados para todas as regiões e a Bahia descreve em seu PES um incentivo à implementação da RCPD em 23 municípios, a intenção de qualificar 1.300 profissionais para atenção à PcD e a iniciativa de conceder mais de 820 mil Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (OPMs). No entanto, todos estados relatam em seus PSE a iniciativa de melhorar e incentivar a implementação da RCPD, porém carecem de serviços especializados adequados para atender as demandas distribuídas pelas regiões e municípios. A Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência, é um grande avanço na conquista dos direitos da PcD, porém ainda carece de investimentos tanto na capacitação dos profissionais de saúde para conhecer as diversidades dentro das deficiências, como no uso de tecnologias que auxiliem na promoção da saúde dessa população (MACHADO et al., 2018). Esse aspecto pode ser observado na presente pesquisa.

CONCLUSÃO

A análise do Plano estadual de Saúde (PSE) do Espírito Santo permitiu a constatação do quanto os serviços especializados disponibilizados, voltados às pessoas com deficiência, são em número que não atende as necessidades da população de PcD no estado. A comparação com os PES de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia permitiu a observação de que a Rede de Cuidados se encontra em construção e é muito variável no sudeste brasileiro. Em todos os PES são reforçados os desafios a serem enfrentados para a melhor distribuição dos serviços de forma que toda população possa receber o acesso adequado. Em um cenário de subfinanciamento, que ameaça a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde, observa-se uma oferta de serviço aquém da necessidade em saúde na pessoa com deficiência no estado do Espírito Santo e nos estados circunvizinhos de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, demonstrando um problema de regulação e gestão da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **DBTA-DICIONÁRIO** Brasileiro de Terminologia Arquivística. 1990. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 20 novembro 2020.

BRASIL, Constituição; BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência-plano viver sem limite. Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7612-17-novembro-2011-611789-norma-pe.html>>. Acesso em: 06 julho 2020.

BRASIL, **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 20 setembro. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 15 março 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, art 2. Brasília, 7 julho. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 06 julho 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD)**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/competencias>>. Acesso em: 12 Novembro 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Ambiências dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) e das Oficinas Ortopédicas**. 2013. Disponível em:<http://www.saude.am.gov.br/planeja/doc/rts/apresentacao_24_08_2018/orientacoes_elaboracao_proposta_pessoadeficiente.pdf>. Acesso em: 18 outubro 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas/** Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. – Brasília: Ministério Saúde, 2000. 44p. ii. Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf> Acesso em: 20 novembro 2020.

BRASIL. Presidente (2016-2019 Michel Temer). **Relatório de Políticas e Programas de Governo**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/relatorio-de-politicas/2018/plano-viver-sem-limite.htm>> . Acesso em: 27 outubro 2020.

SEM LIMITE, Viver. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)• VIVER SEM LIMITE–SDH-PR/SNPD, 2013. Disponível em:<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-com-deficiencia/cartilha-viver-sem-limite-plano-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/view>>. Acesso em: 09 junho 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (2015-2018: Paulo Hartung). **Plano Estadual de Saúde**. Vitória: [s.n.], 2016. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Planejamento/PES%20%20Plano%20Estadual%20de%20Saude_2016-2019-1.pdf>. Acesso em: 15 agosto 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (2020-2023: Renato Casagrande). **Plano Estadual de Saúde**. Vitória: [s.n.], 2020. Disponível em: <<https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Planejamento/Plano%20Estadual%20de%20Sa%C3%BAde%20-%20PES%20-2020-2023.pdf>>. Acesso em: 18 outubro 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governo do Estado do Espírito Santo. **Crefes vai beneficiar pacientes de 19 municípios com cadeiras de rodas motorizadas**. Espírito Santo, 2019. Disponível em: </https://www.es.gov.br/Noticia/crefes-vai-beneficiar-pacientes-de-19-municipios-com-cadeiras-de-rodas-motorizadas/> Acesso em: 01 março 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Espírito Santo, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>>. Acesso em: 10 julho 2020.

JONES, Catherine M.; CLAVIER, Carole; POTVIN, Louise. Adapting public policy theory for public health research: A framework to understand the development of national policies on global health. **Social Science & Medicine**, v. 177, p. 69-77, 2017. Disponível em:<<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277953617300552?via%3Dihub>>. Acesso em: 29 setembro 2020.

LUCHESE, Patrícia TR et al. Políticas públicas em saúde pública. **São Paulo: Bireme/OPAS/OMS**, v. 90, 2004. Disponível em:< <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446/2324>>. Acesso em: 12 novembro 2020.

MACHADO, Wiliam César Alves et al. INTEGRALIDAD EN LA RED DE CUIDADOS DE LA PERSONA CON DISCAPACIDAD. **Texto contexto - enferm.** [online], v.27, n.3, e4480016, 2018. <https://doi.org/10.1590/0104-07072018004480016>.

MATTA, Gustavo Côrrea et al. **Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde**. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39223>>. Acesso em: 20 novembro 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Governador (2015/2018: Fernando Damata Pimentel). **Plano Estadual de Saúde**. Belo Horizonte: [s.n] , 2016. Disponível em:<<http://ces.saude.mg.gov.br/?p=2459>>. Acesso em: 02 março 2021.

PAULO, G. d. **Relatório Mundial sobre a Deficiência. 2011**. Disponível em:</apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=B149584CEBAF7727862BD50B7E0C009D?sequence=4>. Acesso em: 13 outubro 2020.

VIEIRA, Daniela Koeller Rodrigues (Ed.). **Pessoas com deficiência e doenças raras: o cuidado na atenção primária**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2019.

Plano Estadual de Saúde 2016-2019./ Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. v. 40, supl. 3, out./dez. 2016, Salvador, 2016. Disponível em:<<http://www.saude.ba.gov.br/sobre-a-sesab/plano-estadual-de-saude-da-bahia-pes/>> . Acesso em: 02 março 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). Governador (2016-2019: Luiz Fernando Pezão). **Plano Estadual de Saúde**. Rio de Janeiro: [s.n], 2016. Disponível em:<<https://www.saude.rj.gov.br/planejamento-em-saude/estado/plano-estadual-de-saude/>> . Acesso em: 02 março 2021.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <www.rbhcs.com>. Acesso em: 20 novembro 2020.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. Cengage Learning, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas. **Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo**, 2002. Disponível em: < <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>> Acesso em: 12 novembro 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aparelho de amplificação sonora individual 15, 23, 43, 224

Apneia 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 80, 82

Audiologia 9, 11, 23, 25, 74, 91, 95, 97, 101, 103, 107, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 128, 143, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 171, 177, 188, 189, 191, 192, 195, 196, 216, 221, 223, 224, 229, 231

Audiometria tonal 5, 6, 11, 71, 74, 75, 160, 190, 191

C

Centro de reabilitação 147, 151, 154

Centros de convivência 175, 180, 182, 183, 187

Conselho Nacional de Saúde 169

Covid-19 188, 189, 190, 191, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 207, 208, 209, 210, 211

Cromossomo 4 9, 10, 11

E

Educação permanente 139, 140, 141, 143, 144, 146

Emissões otoacústicas 5, 6, 11, 38, 39, 40, 42, 45, 57, 60, 71, 74, 75, 76, 160, 190

Ensino remoto 188, 189, 194, 195, 196, 197

Equipamento de proteção individual 37, 110, 191

Estágio supervisionado 221, 223

Estudantes de fonoaudiologia 199, 202, 207

L

Linguagem 11, 38, 40, 44, 45, 59, 67, 69, 91, 92, 106, 112, 115, 122, 125, 128, 129, 135, 137, 159, 160, 162, 163, 167, 168, 173, 174, 177, 179, 182, 184, 195, 216, 219, 231

M

Microcefalia 10, 11, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

Motricidade orofacial 159, 160, 162, 163, 216

Música 11, 48, 135, 136, 137, 185, 187

N

Normas regulamentadoras 88, 89, 95, 96, 97, 99, 103, 110

Núcleo de apoio à saúde da família 171

P

Perda auditiva 7, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 30, 33, 35, 37, 38, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 57, 61, 75, 76, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 112, 117, 118, 165, 190, 191, 221, 222, 223, 225

Perda auditiva induzida por ruído 26, 28, 30, 47, 49, 102

Perfil epidemiológico 25, 223, 230

Perícia fonoaudiológica 83, 84, 85, 88, 91, 92, 95, 96, 97, 101, 103, 106, 111, 112, 113, 117, 121

Pessoas com deficiência 147, 148, 149, 153, 154, 156

Políticas públicas 53, 79, 142, 146, 147, 148, 149, 150, 156, 178, 231

Potencial cognitivo P300 71, 72, 78, 80, 81

Potencial evocado auditivo 9, 11, 43, 57, 60, 66, 70, 74, 78, 81, 160, 170, 227

Presbiacusia 18, 20

Procedimentos fonoaudiológicos 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Processamento auditivo 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 66, 69, 70, 143, 171, 172, 177

Promoção da saúde 1, 25, 47, 53, 54, 81, 98, 100, 136, 141, 154, 183, 229

Q

Qualidade de vida 2, 3, 18, 23, 24, 25, 53, 71, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 99, 110, 149, 162, 165, 181

R

Recém-nascido 38, 58

Reflexo cócleo-palpebral 11

Regionalização 139, 141, 142, 151

Riscos ambientais 88, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 109

Riscos ocupacionais 26, 32, 34, 36

Ruído 26, 28, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 47, 48, 49, 53, 75, 76, 88, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 118, 119, 120, 121

S

Saúde auditiva 16, 26, 29, 30, 32, 33, 37, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 96, 103, 116, 117, 150, 152, 161, 162, 164, 165, 166, 170, 221, 223, 228, 230

Saúde do trabalhador 26, 27, 28, 29, 30, 35, 36, 37, 89, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 109, 110, 112, 119

Saúde mental 175, 177, 180, 182, 184, 187, 208, 209, 210

Serviços de saúde 47, 63, 137, 138, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 151, 164, 167, 169, 176,

180, 181, 183

Sistema único de saúde 16, 27, 28, 43, 45, 95, 138, 139, 141, 145, 146, 147, 150, 154, 155, 156, 159, 164, 165, 172, 222, 223

Sono 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

T

Timpanometria 57, 60, 61, 75, 76

Transdisciplinaridade 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187

Triagem auditiva neonatal universal 39, 40

V

Vigilância em saúde 98, 100, 110

Vínculo terapêutico 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219





Violência intrafamiliar 122, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 133

Voz 38, 44, 88, 91, 97, 101, 112, 125, 128, 129, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 179, 181, 182, 187

Z

Zumbido 46, 48, 49, 51, 190, 191




FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS E PRÁTICA CLÍNICA EM FONOAUDIOLOGIA

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS E PRÁTICA CLÍNICA EM FONOAUDIOLOGIA

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021